

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.095.094 - RN
(2017/0108551-1)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : BRUNO MACEDO DANTAS
**REPR. POR : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO RIO
GRANDE DO NORTE**
ADVOGADOS : PAULO DE SOUZA COUTINHO FILHO - RN002779
FERNANDA RIU UBACH CASTELLO GARCIA E OUTRO(S) -
RN004438
ANNE DANIELLE CAVALCANTE DE MEDEIROS - RN013523
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INTERVENÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL INADMISSIBILIDADE. OMISSÃO INEXISTENTE. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Carece de legitimidade a Ordem dos Advogados do Brasil como assistente simples, porquanto assistência é apenas da acusação, não existindo a figura do assistente de defesa no processo penal, mormente quando não se constata qualquer outorga de procuração à referida instituição. Precedente.
2. Apenas se admitem os embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
3. Existindo fundamentação idônea no sentido de que a denúncia descreve de forma suficiente as condutas do embargante, denotando que atuava não apenas tecnicamente como Procurador Municipal, mas se utilizava da função para favorecer a atuação de grupo criminoso, não se prestam os embargos de declaração para a rediscussão do acórdão recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
4. Embargos de declaração rejeitados e pedido de ingresso da OAB indeferido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração e indeferir o pedido de ingresso da OAB, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator